

Coluna do Castello

Demitir 100 mil, a alternativa

Três anos depois de instalado no governo, o presidente José Sarney volta ao ponto de partida, o lema de Tancredo Neves — "é proibido gastar". Inconformado com a rígida ortodoxia do ex-ministro Francisco Dornelles, o presidente o substituiu pelo inspirado Sr. Dílson Funaro, a quem acudiram jovens economistas com idéias criativas e heterodoxas e economistas engajados no PMDB incumbidos de legitimar partidariamente sua escolha. A idéia, assimilada pelo presidente e adotada por Funaro, foi a do Plano Cruzado. Logo no segundo mês uma das cabeças que o tinham bolado percebeu que ele não seria executado corretamente. O déficit não seria reduzido simplesmente porque o governo não admitia demitir 100 mil funcionários. O resto foi fantasia alimentada pelo messianismo do ministro da Fazenda.

Mas caiu o Sr. Dílson Funaro e veio, sob patrocínio ostensivo do PMDB, o professor Bresser Pereira, que elaborou seu próprio plano. Ele tinha se preparado a vida toda para o cargo. Fez um novo congelamento e criou a URP, no pressuposto de manter a inflação sob relativo controle. O ministro queria um novo pacote, todo por decreto-lei. Foi atendido parcialmente, com o decreto de reforma fiscal, em exame no Congresso. Mas o imposto sobre ganhos de capital seguiu apenas como projeto de lei e está parado no Senado. Bresser começou a cair, enquanto pelas razões conhecidas o presidente desfez-se afinal do Sr. Aníbal Teixeira.

Vieram dois técnicos, os Srs. Maflson da Nóbrega, para a Fazenda, e João Batista Abreu, para o Planejamento, com o apoio do presidente para execução de uma política ortodoxa de combate à inflação e de negociação da dívida externa. Foram baixadas instruções presenciais a todos os ministérios para anular nomeações ou contratações irregulares. Os resultados estão a caminho com limpeza nas áreas da Educação, Previdência, Ciência e Tecnologia (CNPq) e outras. O Conselho Monetário Nacional fechou a torneira aberta a estados e municípios para obtenção de empréstimos. Por aí espera-se cortar 1% dos 6% do déficit sobre o valor do PIB.



O pagamento do funcionalismo em janeiro alarmou a nova equipe. Totalizou 104% da receita realizada. A URP era a fonte de crescimento do custeio e a idéia foi congelá-la pelo menos por três meses. Essa a solução sugerida em nível técnico. O ministro do Emfa objetou: só aceitaria a medida se fosse geral, isto é, para servidores dos três poderes e para o assalariado. O ministro do Trabalho opôs-se a qualquer ônus sobre servidores e assalariados. Não será justo que o corte do déficit recaia apenas sobre o trabalho. O capital se defende, dispõe de mecanismos de correção que o põem a salvo das medidas de governo. Os Srs. Nóbrega e Abreu, nos debates, definiram suas sugestões como de nível técnico vinculado a finanças públicas e pediram alternativas. Com o congelamento da URP esperavam reduzir mais 1% (em termos de PIB) do déficit. E outras medidas virão ainda para reduzir mais 1%, de modo a que o déficit de 1988 desça dos 6% atuais para 3%. O setor privado seria alcançado mais adiante.

A questão é grave. Alcança a gestão financeira, a insatisfação militar e a rejeição de servidores e trabalhadores. O presidente pediu reestudo por todos os interessados da questão e deverá decidir na próxima semana. Ele quer de qualquer maneira reduzir o custeio, mas tem a sua frente, como alternativa, a mesma que lhe apresentou em seu tempo André Lara Resende: demitir 100 mil funcionários públicos. Como fazê-lo? Como não fazê-lo, se a negociação externa do Sr. Maflson da Nóbrega está pendente desse controle do déficit público, indispensável à contenção inflacionária?